



ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GUARDA – APG/GNR

Sede Nacional

Rua Conde de Redondo, n.º 74 – 3º Andar - 1150-109 Lisboa
Telefone: 21 847 01 19 – Fax: 21 8470156
E-mail: geral@apg-gnr.pt
Site www.apg-gnr.pt

*Membro da Confederação
Europeia de Polícia – EuroCOP*
Organização não Governamental no
Conselho da Europa

Nota à Imprensa

Profissionais da GNR da Malveira exigem condições de serviço dignas

O Posto Territorial da Malveira não possui condições de habitabilidade para os profissionais que lá prestam serviço, tendo estes que descansar e pernoitar em camaratas com bastante humidade, ficando sujeitos à mesma durante longos períodos, com tudo o que isso acarreta no que respeita a consequências na sua saúde.

Ainda, a APG/GNR teve ainda conhecimento que os profissionais que residem nas instalações do Posto **não têm acesso a água quente há cerca de um mês**, alegadamente por uma avaria na caldeira, que tarda em ser suprida, **ficando assim privados de realizar a sua higiene em condições de conforto e dignidade**.

Existindo conhecimento do Comando da Unidade sobre a situação, **parece-nos no mínimo caricato que ainda não tenha existido uma solução**, na medida em que se trata de algo passível de ser resolvido com celeridade. Parece que o bem-estar e conforto dos profissionais da Instituição, que tem a obrigação legal de garantir o alojamento em condições condignas pouco relevam nas prioridades de quem tem estes profissionais sob a sua responsabilidade.

No que respeita às instalações, mesmo com consciência de que existem condições ainda mais degradantes, um pouco por todo o país, fica aqui o habitual registo da inércia da Instituição para dar resposta a situações que podiam ser sanadas com obras de beneficiação menos dispendiosas do que poderão vir a ser, caso não exista uma intervenção atempada.

A APG/GNR exige que seja dada resposta a esta e outras situações que apenas dependem da vontade de garantir condições de serviço dignas a quem serve a Instituição e cujo impacto, em termos de despesa, não justifica que se proteja a sua resolução.

Lisboa, 6 de Novembro de 2017

A Coordenação de Lisboa